



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 10 de abril de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
↑ 0,8% São Paulo	126.795 → 129.890	R\$ 5,007 (- 0,47%)	R\$ 1.412	R\$ 5,436	10,65%	10,57%	IPCA do IBGE (em %)
↓ 0,02% Nova York	4/4 5/4 8/4 9/4	Últimos		Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
		3/abril 5,040 4/abril 5,050 5/abril 5,065 8/abril 5,031					

SEGURANDO O PREÇO

MP abre caminho para luz mais barata

A elevação da tarifa de energia elétrica é, hoje, uma das principais preocupações do governo, segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Pelos cálculos do ministério, a redução deverá chegar a 3,5% ou 5%

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, uma Medida Provisória (MP) que promete reduzir entre 3,5% e 5% da conta de luz para o consumidor residencial. O texto, que precisará do aval do Congresso, permite usar recursos vindos da privatização da Eletrobras para quitar empréstimos tomados pelo setor energético por conta da pandemia da covid-19 e da crise hídrica de 2020 e 2021.

Na mesma decisão, o governo prorrogou em 36 meses o prazo para que usinas eólicas, solares e de biomassa tenham acesso a subsídios federais. O projeto foi estabelecido em 2021, com prazo original de 48 meses, ou seja, terminaria no ano que vem.

A MP foi assinada durante solenidade no Palácio do Planalto. Em seu discurso, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou o governo de Jair Bolsonaro por ter concedido empréstimos a juros altos ao setor elétrico, e colocado a conta “no colo” do consumidor.

“Estamos trazendo um alívio na conta de energia entre 3,5% e 5% para as famílias brasileiras”, disse o ministro. “Alguém, em algum momento, achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos, e jogar o boleto no colo dos brasileiros e brasileiras mais pobres e da classe média”, acrescentou.

O plano do governo é fazer a securitização da dívida da Eletrobras com o poder público, que faz parte do seu acordo de privatização. Ou seja, transformar o valor em títulos que podem ser negociados no mercado financeiro. A expectativa é arrecadar mais de R\$ 20 bilhões com a dívida da Eletrobras, o suficiente para quitar os empréstimos e investir o restante na redução da tarifa de luz.

Os alvos do governo são a Conta Covid, que representa cerca de R\$ 16 bilhões emprestados pelo governo por conta da pandemia, e a Conta Escassez Hídrica, de R\$ 53 bilhões. Ambos estão entre as chamadas contas setoriais, que incluem também subsídios, e que geram encargos aos consumidores na conta de luz.

Foto: Ricardo Stuckert / PR



Governo promete reduzir a conta de luz em até 5%, com a utilização de recursos da privatização da Eletrobras



A preocupação do nosso governo é a coragem de trazer à voga, à discussão nacional, um tema tão espinhoso, mas ao mesmo tempo tão imprescindível ao país, que é a questão tarifária”

Alexandre da Silveira,
ministro de Minas e Energia

Junto com os tributos, eles representam quase metade da fatura.

Em coletiva de imprensa após a assinatura, Silveira classificou a ideia como “muito criativa”, e confirmou que o governo está preocupado com a alta na conta de luz. Segundo levantamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o preço deve subir em até 5,6% acima da inflação em 2024.

“A preocupação do nosso governo é a coragem de trazer à voga, à discussão nacional, um tema tão espinhoso, mas ao mesmo tempo tão imprescindível ao país, que é a questão tarifária”, comentou o ministro. Ele também voltou a criticar os empréstimos dados pelo governo anterior. “Foi uma bomba de efeito retardado que estourou no colo do nosso governo.”

Silveira e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, revelaram que

o governo quer discutir outras medidas para reduzir o preço da energia. O tema será discutido hoje, em uma reunião ampla, no Planalto, com representantes de entidades do setor.

Petrobras

Silveira também abordou ontem a crise envolvendo o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e sua permanência ou não no governo. Prates está balançando no cargo após discordância com o governo sobre o pagamento dos dividendos extraordinários da estatal. Em sua fala, porém, o ministro negou que Lula tenha cogitado com ele a demissão, fez acenos ao colega e pediu “um pouco de paz” para a petroleira.

“Eu tenho o mais profundo respeito e admiração pelo trabalho que desenvolveu como

parlamentar o presidente Jean Paul. Tenho carinho e profundo respeito pelo ser humano que ele é”, respondeu após ser questionado por jornalistas. Silveira enfatizou, porém, que é seu papel defender as políticas públicas e visões do governo, mas atribuiu a crise com Prates a “posições antagônicas sobre alguns temas”.

O ministro negou também que o governo tenha tomado qualquer decisão sobre a distribuição dos dividendos durante reunião com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil).

“Posso afirmar que houve discussões, em um plano mais *lato sensu*. Não foi para discutir a distribuição de dividendos, foi sobre como revigorar a economia nacional. Isso nem poderia ser decidido no âmbito de três ministros, deveriam ter membros da Petrobras”, argumentou Silveira.

Defasagem na gasolina

» RAFAELA GONÇALVES

Relatório divulgado ontem pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) apontou que a gasolina comercializada pela Petrobras tem diferença de 18% (R\$ 0,60 por litro) ante o Preço de Paridade de Importação (PPI). No caso do óleo diesel, a diferença nos preços está em 12% (R\$ 0,48).

O último reajuste realizado pela estatal foi há mais de três meses, em dezembro de 2023, quando reduziu o preço do diesel em R\$ 0,30 por litro para as distribuidoras e o valor passou para R\$ 3,48. No caso da gasolina, a última mudança foi em 21 de outubro, quando houve redução de R\$ 0,12 por litro.

A petroleira adotou em maio do ano passado uma nova estratégia para os reajustes dos combustíveis, abandonando o PPI. Eventuais reajustes, de acordo com a companhia, obedecem a critérios técnicos e são de responsabilidade da diretoria.

Mahatma dos Santos, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), pondera que a nova política comercial tem se refletido de maneira positiva no bolso dos brasileiros, mas é preciso observar o comportamento dos preços do petróleo e a desvalorização do real frente ao dólar. “É possível que, se houver um aumento contínuo no preço do petróleo no mercado internacional, a Petrobras tenha que repassar isso para os consumidores. Mas, até o momento, o que a gente percebe é um comportamento bem resiliente, de mitigação dessas volatilidades”, observou.

Apesar da alta defasagem, a chance de um reajuste no momento é considerada nula por analistas de mercado diante da crise política e os embates sobre a saída de Jean Paul Prates do comando da companhia. Um aumento no preço dos combustíveis, neste momento, abriria margem para mais ataques contra Prates.

CONTAS PÚBLICAS

Receitas frustradas devem reduzir meta

A cinco dias do prazo constitucional para envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 ao Congresso Nacional, a equipe econômica avalia um ajuste na meta fiscal para o próximo ano, com um resultado primário mais realista. Reconhecendo as dificuldades em avançar na agenda econômica diante do cenário político fragmentado das eleições municipais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou a possibilidade de redução da meta de superávit primário, projetada

no arcabouço fiscal em 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), para algo em torno de 0,25%.

A expectativa é de que o governo enfrente dificuldades de arrecadação no próximo ano, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando na caixa este ano e não se repetirão em 2025, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

Além disso, o governo ainda enfrenta uma queda de braço com o Congresso, que quer manter a desoneração da folha de

pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à Previdência Social por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também já sinalizou que haverá uma revisão de gastos no PLDO. Segundo ela, a revisão da meta fiscal de 2025 não é descartada, desde que haja um ajuste realista diante das circunstâncias.

“Desde o início da vigência do regime fiscal sustentável” ficou claro que a meta fixada para 2024 e as indicadas para 2025 e

2026 são, no mínimo, desafiadoras. Para boa parte do mercado, são metas impossíveis”, destaca o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados.

O resultado primário em 2023 foi deficitário em R\$ 230,5 bilhões, ou 2,1% do PIB. Mesmo na ausência dos pagamentos extraordinários de precatórios (R\$ 92,4 bilhões), o déficit primário teria sido de R\$ 138,1 bilhões (1,27% do PIB), acima do objetivo declarado pelo Ministério da Fazenda de entregar um resultado primário negativo em até R\$ 100 bilhões no ano passado. (RG)

Diogo Zacarias/afp



Haddad admitiu rever a meta de superávit primário prevista para 2025